



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 752/2014

PROCESSO Nº 0016240-46.2012.4.01.3600

ORIGEM: 5ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO

PROCURADORA OFICIANTE: LUDMILA BORTOLETO MONTEIRO

RELATORA: LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN

AÇÃO PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, §2º, I E IV, C/C ART. 29 DO CP), PRATICADO CONTRA SERVIDOR DO IBAMA. REVISÃO DE ARQUIVAMENTO INDIRETO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62, INC. IV). SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. SÚMULA Nº 147 DO STJ. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Ação penal proposta para apurar a prática do crime de homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I e IV, c/c art. 29 do CP), praticado por garimpeiros contra servidor do IBAMA.

2. A denúncia foi oferecida na Justiça Estadual, sendo que, encerrada a instrução e apresentados memoriais finais, foi reconhecida a competência da Justiça Federal para o processo e julgamento do feito.

3. Encaminhados os autos à Justiça Federal e aberta vista ao MPF, a Procuradora da República oficiante, entendendo ser competente a Justiça Estadual, por não ter sido o crime praticado em razão da função do servidor do IBAMA, requereu que fosse suscitado conflito negativo de competência.

4. O Juiz Federal, por sua vez, discordou das razões do órgão ministerial, consignando que há fortes indícios nos autos de que o crime praticado apresenta relação com as atividades desempenhadas pelo servidor público federal.

5. Verifica-se que, no caso, ao menos em tese, o crime teria sido motivado pelo fato e a vítima ter auxiliado a Polícia Federal em diligência efetuada no garimpo em que trabalhava como Guarda Florestal, havendo, portanto, relação com a função desempenhada (servidor do IBAMA).

6. De acordo com a jurisprudência *“Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal, quando relacionados com o exercício da função.”* Aplicação da Súmula nº 147 do STJ.

7. Designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Trata-se de ação penal proposta para apurar a prática do crime de homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I e IV, c/c art. 29 do CP), praticado por garimpeiros contra servidor do IBAMA.

Consta dos autos que, em 30/4/1995, em um restaurante denominado “180”, em um garimpo do mesmo nome, a vítima, IZUTHE ANTÔNIO FERREIRA- “CUIA”, foi alvejada por projéteis de arma de fogo disparados por **JOSÉ PEREIRA GOMES**, o “**PARAÍBA**” e **CARMELINA NOVACHI DE OLIVEIRA**, a “**GAUCHONA**”. Os disparos realizados por JOSÉ advieram da arma de fogo emprestada por **HELIO FERREIRA DA CRUZ**, o “**GOIANO**”.

A denúncia foi oferecida na Justiça Estadual, sendo que, encerrada a instrução e apresentados memoriais finais, foi reconhecida a competência da Justiça Federal para o processo e julgamento do feito.

Aberta vista ao MPF, a Procuradora da República oficiante, entendendo ser competência da Justiça Estadual, por não ter sido o crime praticado em razão da função do servidor do IBAMA, requereu que fosse suscitado conflito negativo de competência (fls. 420/425):

O Juiz Federal, por sua vez, discordou das razões do órgão ministerial, consignando que há fortes indícios nos autos de que o crime praticado apresenta relação com as atividades desempenhadas pelo servidor federal (fls. 428/433).

Os autos vieram a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins de revisão, nos termos do art. 28 do CPP c/c LC nº 75/93, art. 62, IV.

É o relatório.

Com razão o Magistrado.

Há nos autos fortes indícios de que o homicídio de Izuthe Antonio Ferreira apresenta relação com suas atividades desempenhadas enquanto servidor IBAMA, autarquia federal.

De acordo com depoimentos prestados, em especial o da viúva da vítima (Maria Inês do Nascimento Ferreira - fl. 34), o de Elson José da Silva (fl. 48) e o da própria denunciada Carmelina Novacki de Oliveira (fl. 326), a vítima teria acompanhado a diligência da Polícia Federal no garimpo, na ocasião em que ocorreu o atrito entre os envolvidos no fato.

Assim, ao menos em tese, o crime teria sido motivado pelo fato de Izuthe ter auxiliado a Polícia Federal na diligência efetuada no garimpo em que trabalhava como Guarda Florestal, havendo, portanto, relação com a função desempenhada.

O art. 109, inciso IV, da Constituição Federal, dispõe competir aos juízes federais processar e julgar *“os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral”*.

De acordo com a jurisprudência, crimes praticados por (ou contra) servidor público federal no exercício de suas atribuições atrai a competência da Justiça Federal para processar e julgar referidos delitos.

Nesse sentido, decidiu a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região:

PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME DE DESOBEDIÊNCIA. ART. 330 DO CÓDIGO PENAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. Compete ao TRF-1ª Região o julgamento de habeas corpus impetrado contra ato de membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a competência para processar e julgar crime de desobediência (art. 330 do CP) praticado por funcionário público federal, no exercício de suas funções, é da Justiça Federal.
 3. In casu, o paciente, Coordenador-Geral de Recursos Humanos do Ministério dos Transportes, teria se negado a cumprir determinação da 5ª Vara de Órfãos e Sucessões da Comarca do Rio de Janeiro, assim, não cabe ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e à Polícia Civil do Distrito Federal conduzir o Procedimento de Investigação instaurado.
 4. Habeas corpus concedido em parte.
- (HC , JUIZ FEDERAL RENATO MARTINS PRATES, TRF1 - TERCEIRA TURMA, e-DJF1 DATA:08/02/2013 PAGINA:1299.)

Ainda nessa linha de entendimento, foi editada a Súmula nº 254 do extinto Tribunal Federal de Recursos, a qual preceituava que *“compete à Justiça Federal processar e julgar os delitos praticados por funcionário público federal, no exercício de suas funções e com estas relacionadas”*.

Já a Súmula nº 147 do STJ ***“Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal, quando relacionados com o exercício da função.”***

Com essas considerações, voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal perante a Justiça Federal.

Remetam-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso, para cumprimento. Cientifiquem-se, por cópia, a Procuradora da República oficiante e o Juízo de origem.

Brasília/DF, 17 de fevereiro de 2014.

Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
Procuradora Regional da República
Suplente – 2ª CCR

GB